

1. Sobre o regime dos vícios dos atos processuais no direito processual civil brasileiro, assinale a alternativa incorreta.

- a) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa;
- b) À exceção da inexistência, todo vício processual pode ser sanado, aproveitando-se os atos processuais já praticados;
- c) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade;
- d) Nemi sempre se decretará a nulidade do processo quando o membro do MP deixar de atuar nas hipóteses em que a lei impõe a atuação dele.

2. Suspende-se o processo:

- a) pela morte de qualquer das partes, ainda que o direito seja intransmissível;
- b) pela convenção das partes, por prazo indeterminado, desde que celebrem negócio jurídico processual a este respeito (art. 190 do CPC);
- c) pela apresentação de exceção de impedimento ou suspeição do juiz, até que ela seja decidida;
- d) pelo parto ou pela concessão de adoção, quando a advogada responsável pelo processo constituir a única patrona da causa.

3. Das súmulas do STF abaixo listadas, qual não foi invalidada/prejudicada pelas disposições do CPC/2015:

- a) 288. Nega-se provimento a agravo para subida de recurso extraordinário, quando faltar no traslado o despacho agravado, a decisão recorrida, a petição de recurso extraordinário ou qualquer peça essencial à compreensão da controvérsia;
- b) 733. Não cabe recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios;
- c) 355. Em caso de embargos infringentes parciais, é tardio o recurso extraordinário interposto após o julgamento dos embargos, quanto à parte da decisão embargada que não fôra por eles abrangida;
- d) 639. Aplica-se a Súmula 288 quando não constarem do traslado do agravo de instrumento as cópias das peças necessárias à verificação da tempestividade do recurso extraordinário não admitido pela decisão agravada.

4. Das súmulas do STJ abaixo listadas, qual não foi invalidada/prejudicada pelas disposições do CPC/2015.

- a) 306. Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte;
- b) 216. A tempestividade de recurso interposto no Superior Tribunal de Justiça é aferida pelo registro no protocolo da secretaria e não pela data da entrega na agência do correio;
- c) 372. Na ação de exibição de documentos, não cabe a aplicação de multa cominatória;
- d) 326. Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca.

5. Sobre o mandado de injunção, previsto no art. 5º, LXXI, da CF, e regulamentado pela Lei 13.300/2016:

- a) A decisão terá eficácia subjetiva limitada às partes e produzirá efeitos até o advento da norma regulamentadora;
- b) Poderá ser conferida eficácia ultra partes ou erga omnes à decisão, quando isso for inerente ou indispensável ao exercício do direito, da liberdade ou da prerrogativa objeto da impetração;
- c) O indeferimento do pedido por insuficiência de prova não impede a renovação da impetração fundada em outros elementos probatórios;
- d) A norma regulamentadora superveniente produzirá efeitos ex tunc em relação aos beneficiados por decisão transitada em julgado, salvo se a aplicação da norma editada lhes for mais favorável.

6. A lei 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, causou verdadeiro imbróglio jurídico ao modificar diversos dispositivos do CC que haviam sido revogados pelo CPC/2015 (art. 1.072, II), mais precisamente os arts. 1.768, 1769, 1771 e 1772, todos do CC. Isto porque apesar de o CPC/2015 ter sido aprovado antes da Lei 13.146/2015, esta última entrou em vigor primeiro. A respeito do tema, assinale a alternativa correta:

- a) prevalecem as normas do CPC/2015, pois tendo entrado em vigor posteriormente, revogaram os arts. 1.768, 1769, 1771 e 1772 do CC tal como constam do art. 1.072, II, do CPC/2015;
- b) prevalecem as normas do CC alteradas pela Lei 13.146/2015, pois como esta entrou em vigor antes do CPC/2015, implicitamente, em vista da alteração da redação dos arts. 1.768, 1769, 1771 e 1772 do CC, revogou o art. 1.072, II, do CPC/2015, nesta parte;

c) os arts. 1.768, 1.769, 1.771 e 1.772 do CC permanecem em vigor apesar do que consta do art. 1.072, II, do CPC/2015, devendo o intérprete compatibilizar referidas disposições com as regras do CPC/2015 (747, 748, 751 e 755 CPC/2015), potencializando a tutela do deficiente tal como é o espírito da Lei 13.146/2015;

d) A lei 13.146/2015, por ser lei especial, prevalece sobre as regras do CC e do CPC/2015.

7. Sobre a arbitragem e administração pública, assinale a alternativa incorreta:

a) A arbitragem pode envolver a administração pública;

b) Ela poderá ser de direito ou de equidade, respeitando a autonomia de vontade das partes

c) Respeitará sempre o princípio da publicidade;

d) A autoridade ou o órgão competente da administração pública direta para a celebração de convenção de arbitragem é a mesma para a realização de acordos ou transações.

8. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra:

a) em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável, proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional;

b) julgar a ação de alimentos, quando o credor tiver domicílio ou residência no Brasil, ou o réu mantiver vínculos no Brasil, tais como posse ou propriedade de bens, recebimento de renda ou obtenção de benefícios econômicos;

c) julgar demandas decorrentes de relações de consumo, quando o consumidor tiver domicílio ou residência no Brasil;

d) julgar ações em que as partes, expressa ou tacitamente, se submeterem à jurisdição nacional.

9. Sobre a conexão no CPC/2015.

a) Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir, único caso em que poderão ser reunidas para julgamento conjunto, salvo se um deles já houve sido sentenciado;

b) A conexão se dá quando entre várias ações houver identidade de partes e causa de pedir, mais o pedido de uma for maior que o da outra;

c) Não serão reunidas para julgamento conjunto a execução de título extrajudicial e a ação de conhecimento relativa ao mesmo ato jurídico, eis que os pedidos e as causas de pedir são diversos, pese a identidade de partes;

d) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.

10. Um dos procedimentos judiciais abaixo terá prioridade especial de processamento e julgamento:

a) em que figure como parte ou interessado maior de 80 anos de idade;

b) em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

c) em que figure como parte ou interessado pessoa portadora de doença grave, assim compreendida qualquer das enumeradas no art. 6º, inciso XIV, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988;

d) regulados pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

11. A respeito da tutela provisória, é incorreto afirmar:

a) É vedada a exigência de recolhimento de custas para apreciar requerimento de tutela provisória incidental;

b) A tutela provisória de urgência, assim como a tutela provisória de evidência, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidente;

c) Não é cabível ação rescisória no prazo de dois anos contados da sentença que considera estabilizados os efeitos da tutela antecipada antecedente requerida;

d) A tutela de evidência poderá ser concedida nos casos de abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu;

12. A astreinte é importante mecanismo de coerção para o cumprimento das obrigações de fazer e não fazer. Sobre elas pode se afirmar que:

a) a multa independe de requerimento da parte e poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito;

b) O juiz poderá, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa vencida ou vincenda, bem como excluí-la, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva, ou que o obrigado demonstrou cumprimento parcial superveniente da obrigação ou justa causa para o descumprimento;

d) O valor da multa será devido ao Estado;

d) A decisão que fixa a multa é passível de cumprimento provisório, devendo ser depositada em juízo, permitido o levantamento do valor nas hipóteses em que o recurso contra a decisão que os fixou não for dotado de efeito suspensivo.

13. No cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública:
- a) não se aplica o regime de precatório ao cumprimento das obrigações de fazer e não fazer;
 - b) poderá a Fazenda arguir inexigibilidade da obrigação, que se dá, entre outras hipóteses, no caso de título fundado em norma declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ainda que a declaração tenha ocorrido depois do trânsito em julgado da sentença exequenda;
 - c) nas obrigações de pagar quantia, esta será intimada, na pessoa de seu representante judicial, a pagar o débito em 15 dias sob pena de multa de 10% mais honorários de 10%;
 - d) tratando-se de obrigação de pagar quantia, a Fazenda será citada para opor embargos no prazo de 30 dias.
14. Em matéria de ação popular, é correto afirmar:
- a) A sentença que julga procedente a ação popular está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório;
 - b) A sentença que conclui pela carência da ação popular está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório;
 - c) Somente a sentença que conclui pela improcedência da ação popular está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório;
 - d) Somente a sentença que conclui pela improcedência da ação popular com fundamento em insuficiência de provas está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório.
15. Sobre a ação monitória, na formatação que lhe foi dada pelo CPC/2015, assinale a alternativa correta.
- a) Admite-se a reconvenção, inclusive fica autorizado o oferecimento de reconvenção à reconvenção;
 - b) O juiz condenará o autor de ação monitória desacolhida, em qualquer caso, ao pagamento, em favor do réu, de multa de até dez por cento sobre o valor da causa;
 - c) Ainda que o autor seja detentor de título executivo extrajudicial, poderá optar por utilizá-lo como prova escrita para fins de ajuizamento de ação monitória;
 - d) Ficando evidente o direito do autor, o juiz deferirá a expedição de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para a execução de obrigação de fazer ou de não fazer, concedendo ao réu prazo de cinco dias para o cumprimento, sob pena de multa.
16. Assinale a alternativa incorreta: O direito à rescisão da sentença se extingue em 2 (dois) anos:
- a) contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo;
 - b) o prazo de 02 anos para a rescisão prorroga-se até o primeiro dia útil imediatamente subsequente, quando expirar durante férias forenses, recesso, feriados ou em dia em que não houver expediente forense;
 - c) se a rescisória for fundada na descoberta de uso de prova falsa (inciso VII do art. 966), o termo inicial do prazo será a data de descoberta da prova nova, observado o prazo máximo de 10 (dez) anos, contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo;
 - d) nas hipóteses de simulação ou de colusão das partes, o prazo começa a contar, para o terceiro prejudicado e para o Ministério Público, que não interveio no processo, a partir do momento em que têm ciência da simulação ou da colusão.
17. Em que consiste o fenômeno da preclusão elástica?
- a) na possibilidade de o juiz ampliar prazos, flexibilizando o procedimento;
 - b) no poder que as partes têm, por convenção processual, de mudar as regras de procedimentos, desde que capazes e o direito seja autocomponível;
 - c) na autorização para que o juiz, mesmo superado o prazo legal para a prática do ato processual, autorize a sua prática quando comprovado que a omissão se deu por força maior;
 - d) na irrecorribilidade imediata de algumas decisões interlocutórias proferidas no curso do processo, cuja impugnação deve ser dar oportunamente, quando da interposição da apelação contra a sentença.
18. Quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial. Sobre esta técnica de ampliação do colegiado, assinale a alternativa correta:
- a) será assegurado às partes e a eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores;
 - b) o prosseguimento do julgamento dar-se-á na sessão imediatamente seguinte, colhendo-se os votos de outros julgadores que porventura componham o órgão colegiado;
 - c) os julgadores que já tiverem votado não poderão rever seus votos por ocasião do prosseguimento do julgamento;
 - d) a técnica de julgamento prevista neste artigo aplica-se, igualmente, ao julgamento não unânime proferido em remessa necessária.

19. Assinale a única alternativa que, de acordo com o CPC/2015 e a jurisprudência já construída em sua vigência, não corresponda a uma afirmação correta.

- a) são devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente;
- b) não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada;
- c) não serão devidos honorários recursais em caso de improvimento do recurso, se o recorrido não apresentar contrarrazões ou contraminuta, vez que, neste caso, não houve acréscimo do trabalho do advogado a justificar o aumento da sua remuneração;
- d) os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.

20. Sobre as normas fundamentais do direito processual civil

- a) o contraditório é valor substancial do sistema, devendo o juiz sempre ouvir as partes previamente a decidir, ainda que possa pronunciar-se de ofício sobre a questão;
- b) pelo princípio da boa-fé, todas as partes devem se comportar de modo a garantir a previsibilidade e a confiança nas suas ações;
- c) todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva;
- d) pelo princípio da inafastabilidade, em nenhuma hipótese será possível, por lei ou convenção das partes, afastar a jurisdição do Poder Judiciário sobre lesão ou ameaça de direito.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
 Faculdade de Direito de Ribeirão Preto
 Rua Prof. Aymar Baptista Prado, 835 - Campus USP

PROCESSO SELETIVO PARA A 4ª EDIÇÃO DO CURSO DE
 PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO
 PROCESSUAL CIVIL

NOME:

CANDIDATO CONCORRERÁ ÀS BOLSAS DE ESTUDOS OFERECIDAS? SIM NÃO

FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTAS -

	A	B	C	D		A	B	C	D
1	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	11	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	12	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	13	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	14	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>Anulada</i> → 5	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	15	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
8	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	18	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	20	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

INSTRUÇÕES

- Esta prova contém 20 questões, valendo 1 ponto cada uma e terá duração de 2 horas.
- Para cada questão, existe somente uma alternativa correta.
- Depois de assinaladas todas as respostas, transcrevê-las a caneta para a Folha Definitiva de Respostas.
- Questão rasurada é questão anulada.
- O caderno de questões deverá ser entregue junto com a Folha Definitiva de Respostas.
- Ao sair, o candidato levará apenas a parte destacável desta página.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	